**A EDUCAÇÃO PARA PESSOAS SURDAS NO BRASIL: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS A PARTIR DA HISTÓRIA DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS**

Andressa Tavolaro -Colégio Pedro II

**Resumo:** Esta pesquisa procura analisar o desenvolvimento e consolidação da educação para pessoas surdas no Brasil em meados do século XIX, especificamente a partir da fundação do Instituto de Surdos-Mudos, explorando os pontos de convergência e divergência dessa construção historiográfica. Além disso, este estudo busca entender qual era o cenário político e social brasileiro e quais influências mundiais foram fundamentais para estabilização dessa instituição, que foi sediada na capital do império, no Rio de Janeiro, durante o projeto de construção da identidade nacional brasileira.

**Palavras-chave:** Método gestual;Instituto para Surdos-Mudos**;** Ernest Huet**;** Identidade Nacional.

**Introdução**

No Brasil imperial do século XIX, o Estado se articulava para a construção de um sentimento de nação na população. Uma forma de criar esse sentimento era com a educação na infância, um momento onde, a partir da concepção moderna de educação, as crianças ainda estariam em uma fase de formação de personalidade e identidade. Nesta leva de mudanças culturais no território brasileiro, é criado o Instituto para Surdos-Mudos[[1]](#footnote-0), em 1857, logo após da fundação do Imperial Instituto para Meninos Cegos[[2]](#footnote-1), que aconteceu em 1854. A fundação destes institutos transformou o cenário educacional e social brasileiro.

 A história da fundação do Instituto para Surdos-Mudos apresenta muitas inconsistências historiográficas, criando algumas narrativas que seguem contribuindo para o apagamento do protagonismo das pessoas surdas. Nesta conjuntura, analisaremos o contexto sociopolítico do Brasil durante meados do século XIX, buscando relacionar essa realidade à fundação de um instituto que sustenta seu funcionamento até os dias atuais e foi de muita importância para consolidação da comunidade surda na sociedade brasileira. O objetivo deste trabalho é apresentar uma discussão historiográfica sobre os motivos da criação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, nos baseando em fatos significativos para a construção da história do instituto.

**Metodologia**

O objeto de estudo é a fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), anteriormente chamado Instituto de Surdos-Mudos. O recorte temporal escolhido justifica-se pelo próprio objeto, sendo baseado nos precedentes da criação do instituto até sua consolidação, que vai de 1855 a 1857. Utilizamos como ponto de partida a chegada do fundador do instituto ao Brasil, Ernest Huet, findando-se a partir do momento em que o instituto começa a aparecer nas despesas do império brasileiro, momento onde o Estado assume financeiramente a instituição.

Esta pesquisa é fundamentada a partir de uma discussão bibliográfica sobre o contexto da fundação do Instituto de Surdos-Mudos, sem se eximir do compromisso de relacionar as obras trabalhadas a fontes que nos deixem mais próximos da realidade trabalhada (Alves, 2012). A seleção das obras a serem trabalhadas foi fundamentada em sua relevância para o estudo da temática.

Junto com a base bibliográfica, as fontes foram utilizadas como propulsores para o desenvolvimento da pesquisa, despertando novos olhares sobre os desdobramentos da educação de pessoas surdas no Brasil durante o século XIX. Com isso, foi possível enriquecer a discussão historiográfica. As fontes utilizadas foram encontradas em sites governamentais, como o Conjunto de Leis do Império, encontrado no site da Câmara dos Deputados; a carta de Ernest Huet para D. Pedro II, extraída do site do Governo Federal, e impressos periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

**Discussões e resultados**

Pessoas com deficiências sofreram com a invisibilização social durante longos períodos na história, e no Brasil imperial do século XIX não era diferente. Contudo, faz-se necessário trazer à tona um contexto educacional externo que inspirou a criação da língua de sinais no Brasil. O país estava se adequando ao resto do mundo, o que significava, à certa medida, aderir às ideias iluministas e às grandes influências que surgiam da França, e com o modelo educacional não foi diferente, como dito por Bastos (2008). Pode-se dizer que a maior referência veio da França, através do abade Michel L’Epée, que fundou a primeira escola para pessoas surdas utilizando o método gestual[[3]](#footnote-2).

O abade começou a lecionar em sua própria casa e posteriormente fundou o Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris, ainda no século XVIII. Alguns anos mais tarde, Ernest Huet[[4]](#footnote-3), surdo, se forma no instituto fundado por Michel L’Epée e se torna professor. Huet dedicou sua vida a educar aqueles que eram marginalizados socialmente. Após sua formação, o professor se mudou para Bourges, em Paris, e fundou o Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Bourges (Jullian, 2008). Fundou escolas na França, seguindo para o Brasil e, posteriormente, para o México.

Ernest Huet chega ao Brasil em 1855 para se encontrar com o imperador e apresentar a ele sua proposta de criação de um instituto para educação de pessoas surdas (Mazzota, 1994), o que nos leva ao questionamento do porquê o imperador contribuiu para um projeto institucional de educação de pessoas surdas em um Brasil onde a educação formal ainda era incipiente e exclusiva. Uma das principais hipóteses, ponto de convergência entre as bibliografias, é que a educação foi utilizada como importante ferramenta para a construção da identidade nacional. Uma instituição que pudesse educar brasileiros surdos contribuiria para esses ideais.

Autores de obras que tratam do tema apresentam pontos de divergência nas informações de suas pesquisas: segundo Strobel (2008), o interesse de D. Pedro II em fundar um Instituto para educação de surdos surgiu a partir de seu genro, marido da Princesa Isabel, o Conde D'Eu e, que era parcialmente surdo. Já Barros (2014) entende que o Imperador teve um neto, fruto deste casamento, que era totalmente surdo. Já a teoria de Ana Karla Bezerra da Silva Lima e Carlos Bezerra de Lima (2014) é que ambos eram surdos. O fato é que nenhuma dessas alternativas conseguiu ser fundamentada de forma consistente e não se sabe ao certo de onde veio essa motivação. Nos dispusemos das obras de Carlos Roberto de Oliveira Lima (2021) e Dilma Cabral (2015) para fundamentar noções cronológicas, na tentativa de reconstituição dos motivos por trás da fundação do instituto.

Cronologicamente, é impossível que a Princesa Isabel estivesse casada e com filhos na data da fundação do atual INES. Isabel nasceu em 29 de julho de 1846, enquanto o Instituto Nacional de Surdos-Mudos foi fundado em 1857 segundo a Lei nº 939 ou 839[[5]](#footnote-4). A princesa só teria onze anos na data de fundação do instituto, ou seja, ainda não havia se casado e tido filhos. Com base nesses dados, a teoria de que o Conde D'Eu ou seu filho eram surdos e que este fato teria motivado Dom Pedro II a fundar o Instituto se contradita. Carlos Roberto de Oliveira Lima (2021) mostra em seu artigo, através de uma conversa pessoal com o doutor Christian Edward Cyril Lynch[[6]](#footnote-5) que seria possível achar esses dados em biografias da Princesa Isabel e do Conde D'Eu:

Durante a construção deste artigo foram encaminhados e-mails para alguns doutores pesquisadores, dentre eles, Christian Edward Cyril Lynch, docente do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) [...]. A existência de uma surdez parcial, ou deficiência auditiva, no Conde D’Eu foi confirmada pelo doutor, porém, o mesmo desconhece a surdez de algum dos netos do imperador (Lima, 2021, p. 9).

A fundação do Instituto ficou marcada pela Lei nº 939 de setembro de 1857, quando a escola entrou para a lista de despesas da Coroa e foi disponibilizado mais bolsas sustentadas pelo imperador para o ingresso de pessoas pobres. Esta data ficou marcada como comemoração do Dia Nacional do Deficiente Auditivo. O instituto começou a funcionar em 1° de janeiro de 1856. Inicialmente, Huet lecionava para poucos alunos no prédio do Colégio Vassimon, tendo esse número aumentado a partir da criação da Lei de 1857. Ainda em Outubro de 1857, o instituto foi transferido para o prédio onde funciona até os dias atuais. Ernest Huet ensinava com a língua de sinais que havia estudado na França, misturando com gestos que as pessoas surdas já utilizavam para se comunicar no Brasil, e assim surgiu a Língua Brasileira de Sinais, que foi formalmente reconhecida pela legislação brasileira somente em 2002.

Com esse conjunto de fatos, conseguimos observar a divergência de informações sobre a fundação do atual Instituto Nacional de Educação de Surdos. O fato é que muitas fontes tentaram utilizar um motivo familiar ou um ato de compaixão para justificar a decisão do imperador, mas esses argumentos podem ser enfraquecidos com um arranjo histórico dos fatos.

Concluímos que ainda se faz necessário um aprofundamento por parte da historiografia na temática trabalhada, sobretudo da História da Educação de surdos. Mesmo com toda visibilidade atual, as pessoas surdas ainda estão em posições marginalizadas e escanteadas historicamente, sendo necessário que novas pesquisas sejam realizadas.

**Referências**

Fontes

Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis. **Relatório assinado por Ernest Huet, de 22 de Junho de 1855.**

Brasil. **Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1857**. Tomo XVIII. Parte 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857.

Brasil. **Diário Oficial da União de 25/04/2002.** N° 79. Sessão 1. p. 23.

Referências bibliográficas

Alves, Cláudia. **Jean-François Sirinelli e o político como terreno da história cultural.** *In*: Lopes, Eliane Marta Teixeira; Faria Filho, Luciano Mendes de. Pensadores Sociais e a história da educação II. 1 ed – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

Barros, Eudenia Magalhães. **Mobilizações políticas e o movimento surdo:** sobre os (novos) arranjos das ações coletivas contemporâneas. **29ª Reunião Brasileira de Antropologia.** Natal, RN, p. 8 2014.

Bastos, Maria Helena Camara. **Manuais escolares franceses no Imperial Colégio de Pedro II (1856-1892).** Revista História da Educação, vol. 12, nº 26, set-dez, 2008, p. 39-58. Rio Grande do Sul, Brasil. Associação Sul-Rio-Grandense de pesquisadores em história da educação. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3216/321627132003.pdf. Acesso em: 15. set. 2019.ISSN: 1414-3518.

Cabral, Dilma. **Instituto dos Surdos-Mudos.** MAPA: Memória da Administração Pública Brasileira. 2019.

Jullian, Christian. 2008.[**https://books.openedition.org/cemca/1679#text**](https://books.openedition.org/cemca/1679#text)**.** Último acesso: 22 de Maio de 2024.

Lima, Ana Karla Bezerra da Silva. Lima, Carlos Bezerra de. **A inserção da libras na formação do profissional enfermeiro:** uma estratégia de acesso do surdo aos serviços de saúde**.** Artigo extraído de monografia apresentado para obtenção do título de Especialista em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. 2014.

Lima, Carlos Roberto de Oliveira. **Influências de D. Pedro II sobre a educação de surdos no Brasil:** uma visão foucaultiana. Mato Grosso do Sul, 2021.

Mazzotta, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil:** História e Políticas Públicas. São Paulo. Editora Cortez. p. 27-65. 2001

Strobel, Karin Lilian. **Surdos:** vestígios culturais não registrados na história. Orientadora:

Ronice Muller de Quadros. 2008. 176 f. Tese (Doutorado em Educação e Processos Inclusivos) - Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis. 2008.

1. Brasil, 1857. [↑](#footnote-ref-0)
2. Brasil, 1854. [↑](#footnote-ref-1)
3. Michel L’Epée desenvolveu seu método após observar duas irmãs surdas conversando através de gestos e se inserir na comunidade surda local e aprender sua forma de comunicação. [↑](#footnote-ref-2)
4. Foi optado por utilizar essa grafia para escrever visto as outras formas escritas encontradas em diversos trabalhos. Algumas como Hernest Huet, Eduard Huet, e Edouard Huet. [↑](#footnote-ref-3)
5. Este é um outro ponto de divergência de informações, mas o decreto que de fato fundou o Instituto foi o 939 (Câmara dos Deputados) [↑](#footnote-ref-4)
6. Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universidade de Pesquisas do Rio de Janeiro. [↑](#footnote-ref-5)